



Ministério da Educação – Brasil
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Minas Gerais – Brasil
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas
Reg.: 120.2.095 – 2011 – UFVJM
ISSN: 2238-6424
QUALIS/CAPES – LATINDEX
Nº. 10 – Ano V – 10/2016
<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

TRABALHO, POLÍTICA SOCIAL E JUVENTUDE: ANALISANDO O PROGRAMA PROJOVEM TRABALHADOR.

Prof^a. MSc. Mônica Paulino de Lanes

Graduada em Serviço Social pela UFES

Mestre em Política Social pela UFES

Doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Docente da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Campus Mucuri - Teófilo Otoni - UFVJM – Brasil

<http://lattes.cnpq.br/8662399514314223>

E-mail: monica.lanes@ufvjm.edu.br

Resumo: Analisar o programa ProJovem Trabalhador, uma das políticas de enfrentamento às transformações no mundo do trabalho, que impactaram de modo especial a juventude. Para isso faremos uma breve contextualização das relações e condições do trabalho para esse segmento populacional e das políticas sociais destinadas a esse público, dentre eles o programa em questão, identificando seus avanços e limites, através de pesquisa bibliográfica e documental.

Palavras-chave: Trabalho, Política Social e Juventude.

INTRODUÇÃO

“[...] É uma contradição do próprio movimento do capital que o incremento natural de massas de trabalhadores não sature suas necessidades de acumulação, e apesar disso, ultrapasse-as. O capital precisa de maiores quantidades de trabalhadores jovens [...]” (MARX, 2003, p. 745).

O nosso objetivo nesse artigo é apresentar a análise do programa ProJovem Trabalhador, uma das estratégias construídas para enfrentar os impactos do desemprego (compreendido aqui como uma das expressões da “questão social”¹) para o público juvenil. Apresentaremos o desenvolvimento do programa, suas características e o perfil dos jovens atendidos, através de pesquisa bibliográfica e documental.

O conceito de juventude, em princípio, aparece fortemente associado aos aspectos biológicos e cronológicos, contudo, a definição etária, que à primeira vista, se mostra como um fator homogêneo e puramente biológico, sofre influência e implicações do contexto histórico e social. Portanto, ao tratarmos em juventude não falamos apenas em idade, mas, sobretudo, em representações sociais sobre a juventude.

No Brasil há basicamente duas classificações etárias: a utilizada pelo Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) que adota o ciclo entre 15 a 29 anos, e a do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que utiliza o ciclo de 15 a 24 anos. As duas classificações estão presentes nas formulações de políticas para juventude, havendo uma tendência recente pela utilização do ciclo de 15 a 29 anos, por orientação do próprio CONJUVE.

Tal fato ressalta a importância de uma classificação etária, pois, a juventude passa pelo enquadramento sócio-histórico-cultural, mas também passa por uma classificação etária, sendo essa última, um parâmetro elementar. Isso porque o corte etário é que permite uma diferenciação entre adolescência e juventude, de modo a

¹ Partimos do entendimento de que a “questão social” é “[...] a expressão do processo de formação do desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, o que exigiu o seu reconhecimento enquanto classe por parte do Estado e dos capitalistas (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005).

considerar nas formulações das políticas públicas, dois segmentos, que são: as especificidades do ser jovem e do ser adolescente. E ainda por que a associação recorrente entre juventude e adolescência, muitas vezes tornando-os sinônimos (LEÓN, 2005), acaba por excluir das formulações públicas a população jovem de 18 a 29 anos².

O período posterior à Segunda Grande Guerra introduziu uma extensão à juventude em vários sentidos: na duração do ciclo de vida; na abrangência do fenômeno para vários setores sociais, ultrapassando os limites apenas dos rapazes da burguesia (como no início)³; nos elementos constitutivos da experiência juvenil e no conteúdo das noções socialmente construídas. Tal ampliação divide esse ciclo em dois momentos: a adolescência, mais relacionada às mudanças biológicas, com consequências psicossociais, e a juventude propriamente dita, mais voltada para o processo de inserção social (ABRAMO, 2005b).

Neste sentido, reconhecemos a importância de uma classificação etária, até mesmo porque, como bem lembrou Groppo (2000), mesmo a negando, dificilmente se chega à uma definição de juventude sem passar por uma classificação de idade. Contudo, não podemos esquecer que o dado biológico é socialmente manipulável e manipulado, logo, potencialmente problemático. E ao enfatizarmos esse aspecto, corremos o risco de pensar a juventude como uma unidade social, dotada de interesses comuns (BOURDIEU, 1983). Neste sentido, precisamos pensar a questão etária como parte da conceituação, e não o conceito em si, porque “[...] os indivíduos não pertencem a grupos etários: eles os atravessam [...]” (LEVI et al, 1996, p. 9).

Desse modo podemos afirmar que juventude é uma categoria social; e como tal ela se torna uma representação social e uma situação social, ou seja, ela é entendida como “[...] uma concepção, representação ou criação simbólica fabricada pelos

² Sposito et al (2006, p. 14) afirma que: é possível reunir adolescentes e jovens em um mesmo programa, o que seria, provavelmente, uma ação mais adequada do que trazer os adolescentes para o universo da infância, o que acabaria por descaracterizar não só a infância, tal qual foi concebida pela modernidade, como a própria adolescência e juventude como momentos diversos construídos historicamente na sociedade moderna a partir do século XIX. No entanto, outras implicações existem, porque os marcos legais da maioria são arbitrários, produto de consensos provisórios, e não deveriam implicar restrição da ação do Estado, pois deixam à sombra categorias significativas de jovens sobre as quais o Poder Público no Brasil não assume qualquer responsabilidade.

³ Abramo (2005) cita a inclusão escolar como um dos fatores principais para a ampliação da juventude para além dos rapazes burgueses.

grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos” (GROPPO, 2000, p. 08).

Para a perspectiva classicista, uma das diversas perspectivas teóricas que tratam da categoria juventude, a reprodução social é vista na dimensão da reprodução social de classes, por esta razão, o conceito de juventude busca sempre ultrapassar a visão de fase da vida, e encontra-se sempre fundamentada na reprodução das classes sociais. E neste sentido, as culturas juvenis serão sempre culturas de classe, entendidas como produto das relações antagônicas de classe, e muitas vezes, segundo o autor, as culturas juvenis são apresentadas como culturas de resistência, pois, são negociadas em um quadro de relações de classe. Assim, as culturas juvenis têm sempre um significado político (PAIS, 1990; 2003).

É preciso considerar que essa perspectiva amplia o debate sobre a categoria social juventude, ultrapassando o campo individual e incluindo na análise a reprodução das relações sociais de uma sociedade capitalista. Isso porque, nessa perspectiva há um processo dialético entre a cultura dominante e a dominada quando a cultura é reproduzida de forma homogênea através das diversas instituições sociais (PAIS, 2003).

Assim, podemos afirmar que juventude é “[...] uma categoria socialmente construída, formulada no contexto de particulares circunstâncias econômicas, sociais ou políticas, uma categoria sujeita a modificar-se ao longo do tempo” (PAIS, 2003, p.37). Além dos elementos já apresentados é preciso incluir no debate as diversas realidades da juventude, uma vez que mesmo dentro de um tempo sócio histórico e no interior das classes sociais há questões relevantes tais como: etnia, gênero, ocupação espacial das cidades, sexualidade e outras. Logo, definir uma perspectiva para a análise da categoria social juventude também exige pensar as diversidades da condição e situação juvenil.

TRABALHO E POLÍTICAS JUVENTUDE.

O trabalho é a base da sociabilidade humana, pois é através dele que se dá a mediação entre homem e natureza e que se constroem as formas de sobrevivência, independente das formas de sociedade (MARX, 2003). Ao longo da história o trabalho vai se metamorfoseando, e à medida que o homem vai transformando a natureza, transforma a si mesmo e humaniza a natureza, acumulando exigências e necessidades que complexificam e diversificam as relações sociais, o que evidencia que o trabalho é o espaço privilegiado para a constituição do ser social⁴ por sua capacidade teleológica e ontológica, mas também por sua capacidade de realização da práxis⁵.

Além dessas dimensões o trabalho é também a principal estratégia para satisfazer as necessidades vitais, sejam elas biológicas, sociais ou culturais, logo o não acesso ao trabalho, mesmo sob a forma de trabalho alienado⁶, é uma violência contra a possibilidade de produzir e reproduzir minimamente a vida (FRIGOTTO, 2001). Neste sentido, defender a geração de trabalho para a juventude é defender o direito à sobrevivência dos jovens que vivem do trabalho.

Para a juventude a relação com o trabalho tem um valor ainda maior, pois, o ingresso no mercado de trabalho⁷, tradicionalmente, constitui-se em um marco de passagem da juventude para o ingresso no mundo adulto (CORRACHANO, 2012).

⁴ “[...] O indivíduo social é um produto histórico [...] fruto de condições e relações sociais particulares e, ao mesmo tempo, criador da sociedade, e não um dado da natureza” (IAMAMOTO, 2007, p. 347).

⁵ “[...] A *práxis* compreende – além do momento *laborativo* – também o momento *existencial*: ela se manifesta tanto na atividade objetiva do homem, que transforma a natureza e marca com sentido humano os materiais naturais, como na formação da subjetividade humana” [...] (KOSIK, 2002, p. 224).

⁶ A concepção marxiana de trabalho, que o entende como uma unidade contraditória – trabalho concreto e trabalho abstrato (alienado). Trabalho concreto, útil ou trabalho vivo é o trabalho que cria valor de uso, sendo que este é necessário à existência de qualquer sociedade, logo em toda sociedade haverá trabalho concreto. Já o Trabalho abstrato é uma especificidade da sociedade capitalista, e é criador de valor de troca (MARX, 2003). Para Netto; Braz (2006, p. 105) “[...] quando o trabalho é reduzido à condição de trabalho em geral, tem-se o trabalho abstrato”.

⁷ A reificação das relações sociais capitalistas, que fazem com que as relações entre as mercadorias assumam características de relações sociais, pode ser expresso, no caso em estudo, no uso do termo “mercado de trabalho” que aparece personificado, escondendo “[...] que o mercado de trabalho resulta de relações sociais, relações de força e de poder vinculadas a interesses de grupos e frações das classes sociais [...]” (FRIGOTTO, 2004, p. 182).

Esse marco de passagem é muito tensionado, pois, como lembra a autora supracitada, historicamente as taxas de desemprego são mais elevadas entre os jovens que entre os adultos, em diferentes países e momentos históricos, mesmo em conjunturas de crescimento ou de retração, sendo que em períodos de recessão, as taxas de desemprego juvenis se elevam mais rapidamente que a dos adultos; e nos momentos de expansão diminuem mais lentamente.

As transformações no mundo do trabalho⁸ ocorridas nas últimas décadas tornaram ainda mais complexa a relação juventude e trabalho, uma vez que os jovens são os mais afetados também no processo de precarização⁹ das condições do trabalho. Para eles os postos são aqueles com as menores exigências de qualificação, e de pior qualidade.

Outro aspecto importante é a extensão da jornada de trabalho dos jovens, de acordo com dados de 2006 da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, 48% dos jovens de 14 a 29 anos que apenas trabalhavam, tinham uma jornada de trabalho entre 31 a 44 horas/semana. Já os 45,3% dos jovens de 14 a 29 anos que trabalhavam e estudavam tinham uma jornada semanal de 31 a 44 horas/semana. Segundo dados de 2006 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) havia 18,2 milhões de jovens brasileiros ocupados; deste aproximadamente, 11 milhões, isto é, 60,5% encontravam-se na informalidade, enquanto que entre os adultos, esse percentual era de 50,7%.

⁸ A maior mudança é a introdução crescente de novas tecnologias, o que provoca a redução na demanda por trabalho vivo. As consequências não se limitam a isso, e apontam outras três principais consequências: 1) expansão das fronteiras do trabalhador coletivo, quando as atividades realizadas pelos trabalhadores se tornam cada vez mais complexas e amplas; 2) dada a ampliação anterior o trabalhador é requisitado a desenvolver atividades múltiplas, o que exige um trabalhador mais qualificado e polivalente; 3) se refere à gestão da força de trabalho, quando se recorre à “participação”, “envolvimento” dos trabalhadores reduzindo hierarquias através das equipes de trabalho, na clara intenção de desconstruir a consciência de classe, e os trabalhadores e operários passam a ser “colaboradores”, “cooperadores” (NETTO; BRAZ, 2006). Outras informações consultar: Harvey (2003) Antunes (2002) e Antunes (2005).

⁹ A precarização é uma das expressões das mudanças no mundo do trabalho, que não significa apenas o desemprego, mas toda a forma de ampliação da exploração e geração de instabilidade, que podem ser expressos em contratações temporárias, subcontratações, contratos de trabalho mais flexíveis, redução de direitos e salários, ampliação e/ou intensificação da jornada de trabalho. Para Harvey (2003, p. 144) a “[...] atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores ‘centrais’ e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins”.

POLÍTICAS PARA JUVENTUDE

Até a década de 1950 as ações destinadas à juventude no Brasil eram pontuais, e não atendiam especificamente à juventude. Embasavam-se na perspectiva de tutela e coerção, atendendo preferencialmente à criança e ao adolescente pobre, com vista a escondê-los da sociedade e promover uma “limpeza” social (ABRAMO, 1987). Um bom exemplo disso é a constituição do Primeiro Código de Menores em 1927, que associava diretamente pobreza à delinquência, estabelecendo medidas privativas de liberdade para as crianças, adolescentes e jovens pobres, que eram reconhecidos como abandonados por sua condição social.

Entre as décadas de 1950 e 1970, quando a América Latina vivencia o período do Desenvolvimentismo, as ações destinadas a esse segmento giravam em torno da ampliação da educação e do controle do tempo livre (SPOSITO; CARRANO, 2003). Há também nesse período algumas ações voltadas para a saúde, numa perspectiva de prevenção ao uso de drogas e à gravidez na adolescência (UNESCO, 2004).

As ações voltadas para educação se encaixam dentro da necessidade de se formar mão de obra qualificada que atendesse às necessidades da fase do Desenvolvimentismo no Brasil, momento de grande expansão da industrialização no Brasil. Nesse período, a educação ganha um grande destaque, se constituindo como direito até o Ensino Secundário, e há uma massiva campanha de alfabetização de adultos. A educação profissional, com vista à formação para o mercado de trabalho, também ganha maior destaque (NETTO, 2005).

Para Abad (2003) esse cenário é favorável à juventude, pois, foram construídas estratégias de ascensão e melhorias das condições de vida, que atendiam à juventude. Para ele, essa ampliação e estímulo à educação fortalece o conceito de moratória social, propiciando a esse jovem, um tempo maior para o estudo e o preparo para o mercado de trabalho.

As mudanças no contexto da América Latina entre as décadas de 1970 e 1980 trazem novas formas de ações para a juventude. Nesse período de consolidação do capitalismo monopolista e de emergência dos governos totalitários em toda a América Latina (NETTO, 2005), emergem movimentos sociais revolucionários onde

os jovens se inserem, ocupando um papel central.

As ações voltadas para a juventude nesse período visavam o controle social da juventude, buscando conter o perfil questionador do jovem, restringindo a liberdade civil e introduzindo formas de construção de hegemonia nos espaços educacionais. A forte participação da juventude nesses espaços de contestação e enfrentamento marca profundamente a forma como a juventude é vista pela sociedade. Os jovens tiveram um papel fundamental no processo de redemocratização a partir da década de 1980, e muito deles foram vitimados durante todo o processo de emergência e declínio da autocracia burguesa no Brasil.

Na década de 1980, já em um cenário de abertura democrática, mas em meio à uma grande recessão, aliado à diminuição dos gastos públicos, há um quadro de expansão da pobreza. Segundo a UNESCO (2004) nesse contexto outras formas de organizações juvenis se constroem, com a participação de jovens em situação de marginalidade social e econômica, em sua maioria sem acesso à educação e aos serviços coletivos. Tais movimentos são chamados de “distúrbios nacionais”, que incluíam entre as ações, saques a supermercados e ocupações de prédios públicos.

Como uma estratégia paliativa para dar conta desses problemas sociais, emergem, em toda América Latina, diversos programas de combate à pobreza, que eram sustentados através da transferência direta de recursos para a população atendida, vinculados à permanência da criança ou adolescente na escola, apesar, dessas iniciativas não terem sido definidas como políticas para juventude, mesmo atendendo a milhares de jovens, com vistas a prevenir “condutas delituosas” (UNESCO, 2004).

No Brasil, as estratégias também são parecidas Pereira (2007) lembra o lema da gestão de Sarney “Tudo pelo Social”, que iam desde ações emergenciais (especialmente as de combate à fome e desemprego) até ações de caráter mais estruturais de fortalecimento do crescimento econômico. Além dos programas de enfrentamento à pobreza recebe destaque também as ações no campo da saúde.

A década de 1980 é de intensa mobilização social. A proteção social ganha espaço nos debates enquanto um marco conceitual e legal, que pode ser percebido nos

avanços com relação à temática da criança e do adolescente que culmina com a promulgação da política de proteção integral da criança e do adolescente, consolidada a partir da institucionalização do Estatuto da Criança do Adolescente (ECRIAD). A proteção ao idoso começa, já nessa década, a ser discutida, entrando na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), um artigo que estipula um mínimo social para o idoso. O mesmo não se dá com a categoria juventude, ela não entra nas discussões da proteção social.

Na década de 1990 há uma explosão das ações voltadas para a juventude. Antes do Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), até 1995, existiam apenas 03 projetos voltados para a juventude¹⁰ (SPOSITO; CARRANO, 2003). Já no período do Governo de FHC, de 1995 a 2002, identificamos mais de 30¹¹ programas governamentais, divididos em diversos ministérios, que incluíam não só os jovens, mas também adolescentes e 03 ações não governamentais de abrangência nacional. O ponto alto dessa explosão se dá no intervalo de 1999 a 2002, quando foram ativados 18 programas¹². Para Sposito; Carrano (2003) esse momento é uma verdadeira explosão na temática de juventude e adolescência, porém, sem muita consistência conceitual.

Apesar dessa efervescência nas políticas de juventude para Sposito; Carrano (2003)

¹⁰ Programa Saúde do Adolescente e do Jovem (Ministério da Saúde), Programa Especial de Treinamento (PET - Ministério da Educação) e Prêmio Jovem Cientista (Ministério da Ciência e Tecnologia).

¹¹ Dos 30 programas estritamente governamentais, cinco se localizavam no Ministério da Educação, seis no Ministério de Esporte e Turismo, seis no Ministério da Justiça, um no Ministério de Desenvolvimento Agrário, um no Ministério da Saúde, dois no Ministério de Trabalho e Emprego, três no Ministério de Previdência e Assistência Social, dois no Ministério de Ciência e Tecnologia, dois no Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, um no Gabinete do Presidente da República (Projeto Alvorada) e, por último, um de caráter interministerial especificamente voltado para a integração das ações de 11 projetos/ programas focados em jovens, localizado no Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (Programa Brasil em Ação) (SPOSITO; CARRANO, 2003).

¹² São elas: Programa de estudante em convênio de Graduação (MEC e Ministério das Relações Exteriores); Projeto Escola Jovem (MEC); Jogos da Juventude (Ministério do Esporte e Turismo); Olimpíadas Colegiais (Ministério do Esporte e Turismo); Projeto Navegar (Ministério do Esporte e Turismo); Serviço Civil Voluntário (Ministério do Esporte e Turismo); Programa de Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei (Ministério da Justiça); Promoção de Direitos de mulheres jovens vulneráveis ao abuso sexual e à exploração sexual comercial no Brasil (Ministério da Justiça); Programa de Saúde do Adolescente e do Jovem (Ministério da Saúde); Jovem Empreendedor (Ministério do Trabalho e Emprego); Programa Brasil Jovem (Ministério da Assistência e Providencia Social); Centros da Juventude (Ministério do Esporte e Turismo); Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano (Ministério da Assistência e Providencia Social); Prêmio Jovem Cientista (Ministério da Ciência e Tecnologia); Prêmio Jovem Cientista do Futuro (Ministério da Ciência e Tecnologia); Comunidade Solidária (Presidência da República) e Programa Capacitação Solidária.

no período de 1995 a 2002 não se pode falar de políticas estratégicas orientadas para os jovens, mas de algumas propostas, que segundo os autores, partem da “[...] ideia de prevenção, de controle, ou efeito compensatório de problemas que atingem a juventude, transformada, em algumas situações, ela mesma num problema para a sociedade” (2003, p. 08). Esse fato talvez explique a ausência da juventude nas ações de proteção social. Importante destacar que a saúde, a segurança pública e o trabalho expressam a materialidade imediata para se pensar as políticas de juventude nesse período.

A década de 1990 há um crescimento exponencial da violência urbana no Brasil, e parte significativa dessa violência aparece atrelada ao jovem. Na década de 1970 a participação dos jovens no total das mortes por homicídios foi de 28,8%, já na década de 1980 os índices sobem para 31,9% e na década de 1990 os índices chegaram a 34,7% (POCHMANN, 2005, p. 236).

Esse cenário fomenta a necessidade de políticas sociais para a juventude, mas em grande parte esses programas “[...] buscam de certa forma minimizar o potencial ameaçador que os jovens trazem para a vida social, alguns deles considerados, a ‘nova classe perigosa’, que precisa estar sob um campo de forte controle” (SPOSITO, 2003, p. 67). O perigo passa a ser visto não mais nos estudantes das classes médias (como nos anos 60), mas nos jovens pobres, marginalizados e moradores da periferia das grandes cidades.

Nos anos 2000 – Governo Lula, há um salto de qualidade¹³ nas ações voltadas a esse público, dentre elas: a criação do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), em 2004; a criação do Grupo Interministerial; a criação da Secretaria Nacional de Juventude, em 2005 e a realização da Conferência Nacional de Juventude.

Outro avanço importante se deu em 2010 quando foi editada a Emenda Constitucional nº 65 que altera o contexto incluindo o jovem, onde se constava apenas da família, da criança, do adolescente e do idoso no Capítulo VII do Título

¹³ O Grupo Interministerial identificou 131 ações vinculadas a 45 programas, e destes, 19 são específicos para os jovens.

VII (Da Ordem Social). Essa modificação da Emenda nº65/2010 coloca a obrigação do Estado na satisfação dos direitos básicos da juventude, fato que representa uma conquista para os jovens brasileiros, uma vez que esse é o maior instrumento jurídico do país, que passa a assegurar os direitos “[...] à vida, à saúde, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária [...]” (BRASIL, EC Nº 65/2010), e assegura a criação de políticas públicas para esse segmento.

Analisando as políticas de juventude no Brasil em 2010 identificamos que existiam 18 programas¹⁴ voltados para o público jovem e que se desenvolvia várias ações, em diversos Ministérios e secretarias. Um desses programas é o ProJovem que analisaremos em seguida.

PROJOVEM TRABALHADOR

O ProJovem surge em 2005 como resultado de demanda por parte da sociedade, mas, sobretudo, como resultado do diagnóstico realizado do Grupo Interministerial que recomendava maior integração e complementaridade entre os programas

¹⁴ 1) Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem): Projovem Urbano, Projovem Campo, Projovem Trabalhador e Projovem Adolescente – Secretaria Nacional de Juventude, da Secretária-Geral da Presidência da República, Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); 2) Programa Cultura Viva – Ministério da Cultura; 3) Bolsa Atleta – Ministério do Esporte; 4) Programa Segundo Tempo – Ministério do Esporte; 5) Praças da Juventude – Ministérios do Esporte e da Justiça; 6) Projeto Rondon – Ministério da Defesa em parceria com diversos ministérios; 7) Projeto Soldado Cidadão – Comandos da Marinha, Exército e Aeronáutica; 8) Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci: Protejo, Jovem Detento, Geração Consciente, Pelc, Projeto Praça da Juventude, Pintando a Liberdade e Pintando a Cidadania, Pontos de Leitura, Pontos de Cultura, Projeto Museus, Projeto Farol, Projovem Prisional – Ministério da Justiça, tendo alguns parceiros: Ministério Cultura, Esporte, Igualdade Racial e Secretaria Nacional de Juventude; 9) Pronaf Jovem – Ministério do Desenvolvimento Agrário; 10) Juventude e Meio Ambiente – Ministérios da Educação e do Meio Ambiente, com a parceria da Secretaria Nacional de Juventude; 11) Escola Aberta – Cooperação técnica entre o Ministério da Educação e a UNESCO; 12) ProUni – Ministério da Educação; 13) Reforço às Escolas Técnicas e Ampliação das vagas em Universidades Federais – Ministério da Educação; 14) Brasil Alfabetizado – Ministério da Educação; 15) Proeja – Ministérios da Educação e do Trabalho e Emprego; 16) Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) – Ministério da Educação; 17) Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos – Ministério da Educação; 18) Ampliação do Bolsa Família – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2011).

voltados para a juventude e tinha como objetivo aumentar o nível de escolaridade de modo a inserir esses jovens no mercado de trabalho (BRASIL, 2008).

A primeira versão desse programa foi criada em parceria com a Secretaria Nacional da Juventude e do Conselho Nacional de Juventude, e foi regulamentado através do decreto 5.557 de 05/10/2005 e tinha como público alvo os jovens de 18 a 24 anos, que ainda não tivessem completado o ensino fundamental, mas que tivessem feito no mínimo a 4ª série; e não poderiam ter vínculo formal no mercado de trabalho, e que fossem moradores de capitais e regiões metropolitanas com mais de duzentos mil habitantes. Os jovens participantes do programa receberiam uma bolsa no valor de R\$ 100,00 (cem reais) e teriam formação profissional integral associando a elevação da escolaridade através da formação básica de 800 horas acrescida da formação profissional com carga horária de 350 horas e 50 horas de atividades de ações comunitárias (BRASIL, 2008).

O objetivo principal era a elevação da escolaridade, tendo em vista a conclusão do ensino fundamental, a qualificação profissional e o desenvolvimento de ações comunitárias de interesse público. A gestão era do Grupo Interministerial e da Secretaria Nacional de Juventude, e o financiamento era do Governo Federal que repassava aos municípios para que esses executassem o programa.

Em 2007 foi lançado o Programa ProJovem Integrado que agrupou seis programas: o próprio ProJovem, o Agente Jovem, Saberes da Terra, Escola de Fábrica, Juventude cidadã e o Consórcio da Juventude. Tal mudança ocorreu em função de estudos feitos pelo sistema de informação do programa que indicavam que os jovens excluídos estão mais dispersos geograficamente do que se esperava “[...] apontando a necessidade de ampliar o alcance do programa para cidades menores, uma vez que parte substantiva dos jovens brasileiros deixava de ser contemplada, quando se restringia o atendimento a municípios com mais de 200 mil habitantes” (BRASIL, 2008, p.18).

Pesquisas da PNAD/2003 (das regiões metropolitanas) e do Censo 2000 (nacional) que tomaram como pesquisa os jovens de 18 a 24 anos com quatro a sete anos de escolaridade e residentes nas cidades com mais de 200 mil habitantes mostravam

queda do número de jovens excluídos. No entanto, quando analisado os jovens de 24 a 29 anos esses mesmos índices são crescentes, [...] evidenciando-se a necessidade de ampliar a faixa etária atendida pelo ProJovem, de modo a contemplar também os jovens de faixa etária mais elevada (Brasil, 2008, p. 18). As atividades do ProJovem Integrado se iniciam em 2008 através de quatro modalidades:

ProJovem Urbano: “Destina-se a jovens de 18 a 29 anos, que sabem ler e escrever, mas que não concluíram o ensino fundamental. Oferece elevação de escolaridade, com a conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional, participação em ações de cidadania e uma bolsa mensal de R\$ 100,00. Com duração de 18 meses, é executado pela Secretaria Nacional de Juventude, da Secretaria-Geral da Presidência da República¹⁵. A modalidade é executada mediante convênios firmados entre a Secretaria Nacional de Juventude, estados e municípios. Nas cidades com mais de 200 mil habitantes a parceria é feita diretamente com a Prefeitura Municipal. Já nas cidades menores, essa parceria é firmada com o governo do estado, que viabiliza a chegada do Programa nas cidades menores” (BRASIL, 2010).

ProJovem Campo: Executado pelo Ministério da Educação, a modalidade oferece elevação de escolaridade, com a conclusão do ensino fundamental, e capacitação profissional de jovens de 18 a 29 anos que atuam na agricultura familiar. O curso tem duração de 24 meses e é ministrado conforme a alternância dos ciclos agrícolas, respeitando o período em que os alunos trabalham no campo. O programa é desenvolvido em parceria com as secretarias estaduais de educação e uma rede de instituições públicas federais, mediante convênios firmados com o MEC (BRASIL, 2010).

ProJovem Adolescente: Executado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), destina-se a jovens de 15 a 17 anos em situação de risco social, independentemente da renda familiar, ou que integram famílias beneficiárias do Bolsa Família. Com duração de 24 meses, oferece proteção social básica e

¹⁵ A partir de 2012 a coordenação geral do ProJovem Urbano migrou da Secretaria Nacional de Juventude para o Ministério da Educação (MEC), mas manteve a Secretaria Nacional de Juventude como parte do Comitê Gestor.

assistência às famílias, visando elevar a escolaridade e reduzir os índices de violência, uso de drogas, das doenças sexualmente transmissíveis e gravidez precoce. Os municípios interessados no Programa devem observar os seguintes critérios: a) estar habilitado nos níveis de gestão básica ou plena do Suas; b) possuir Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) em funcionamento e registro no Censo do CRAS; c) apresentar a demanda mínima de 40 jovens que pertençam a famílias beneficiárias do Bolsa Família (BRASIL, 2010).

ProJovem Trabalhador: O ProJovem Trabalhador ficou sob a responsabilidade do Ministério do Trabalho (MTE), unificando as ações do Consórcio Social da Juventude, Empreendedorismo Juvenil, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica, tendo como objetivo “[...] preparar o jovem para ocupações com vínculo empregatício ou para outras atividades produtivas geradoras de renda, por meio da qualificação social e profissional e do estímulo à sua inserção no mundo do trabalho” (Brasil, 2008), como está previsto no artigo 37 da Lei 6.629 de novembro de 2008 que unificou os programas (BRASIL, 2010).

Essa modalidade do ProJovem se destina a jovens de 18 a 29 anos em situação de desemprego e cuja renda familiar per capita seja de até um salário mínimo e ainda que cumpra os seguintes pré-requisitos: a) cursando ou tenha concluído o ensino fundamental; ou b) cursando ou tenha concluído o ensino médio, e não estejam cursando ou não tenha concluído o ensino superior¹⁶ (BRASIL, 2008, artigo 38).

O ProJovem Trabalhador tem duas submodalidades: o Consórcio Social da Juventude e o Juventude Cidadã. Isto porque o ProJovem Trabalhador não unificou os programas anteriores do Ministério do Trabalho; ele apenas os agregou sob a forma da lei. Inclusive, parte da legislação é diferente para o ProJovem Trabalhador – Consórcio Social da Juventude, o qual segue a orientação da Portaria 2043 de 22 de outubro de 2009; o ProJovem Trabalhador – Juventude Cidadã, por sua vez, segue a Portaria 991 de 27 de novembro de 2008. Ambos, seguem as orientações do Decreto 6629 de 2008.

¹⁶ Nas ações de empreendedorismo juvenil, além dos jovens referidos no **caput**, também poderão ser contemplados aqueles que estejam cursando ou tenham concluído o ensino superior (Brasil, 2008, artigo 38).

Fato que mostra como é prematuro apresentar o ProJovem como a política nacional de juventude, pois, não basta colocar sob um mesmo nome todas as ações para que elas façam, assim, parte de uma mesma lógica e que tenham os mesmos objetivos. Como pensar em projeto unificado? Como operar com sistemas de avaliação, controle e monitoramento? E estamos falando aqui apenas de uma das modalidades do ProJovem, as demais estão divididas em outras Secretarias. É preciso muito cuidado para que o programa não apenas camufle a fragmentação que é uma marca das políticas de juventude, que ao que podemos ver, ainda se mantém.

No que se refere à execução do Programa, a legislação (Termo de Referência 991 de 2008) delega tais execuções a Estados e Municípios com população com acima de 20 mil habitantes não há necessidade de convênio, acordo, contrato, ajuste ou outro instrumento congêneres, o que não dispensa a prestação de contas (Brasil, 2008)¹⁷. Essa forma de gerir a máquina pública que se tornou prática comum na gestão das políticas sociais, expressa a lógica da transferência de responsabilidade do Estado para a sociedade civil, quando cabe ao Estado o papel de financiador e ao terceiro setor o de executor.

Tal fenômeno é parte do processo de reestruturação produtiva (BEHRING, 2003), e tem impactos diretos no programa, principalmente no que se refere à continuidade e à qualidade das atividades, uma vez que a empresa contratada, ou Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), tem por objetivo, o lucro. São três atores diretamente envolvidos, porém, nem sempre com objetivos comuns. Conciliar esses interesses e perspectivas diferentes é grande desafio. Neste sentido, em meio a tantos personagens e interesses, como fazer chegar ao centro do poder os interesses dos principais interessados, os jovens? (CASTRO, 2012).

Pesquisa realizada pelo Ministério do Trabalho, através do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudo Socioeconômicos (DIEESE), referente aos

¹⁷ Para a celebração dos convênios a entidade de direito privado sem fins lucrativos na execução do ProJovem Trabalhador deverá ser precedida de seleção por chamada pública e essas deverão comprovar experiência de no mínimo 3 anos no objeto do convênio; ter capacidade física instalada necessária à execução do objeto do convênio; ter capacidade técnica e administrativo-operacional adequada para execução; e apresentar proposta com adequação entre os meios sugeridos, seus custos, cronogramas e resultados previstos, em conformidade com as especificações técnicas do termo de referência e edital de chamada pública (BRASIL, 2008).

anos de 2010 e 2011, relacionando Juventude e Trabalho no Brasil que apresenta resultados importantes sobre o perfil do jovem inserido no ProJovem Trabalhador, e alguns dados socioeconômicos sobre a juventude brasileira. A primeira informação é sobre o número de jovens cadastrados no programa:

QUADRO 13 - NÚMERO DE JOVENS CADASTRADOS NO PROJOVEM

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Norte	13.509	29.524	43.033
Nordeste	59.095	125.207	184.302
Sudeste	43.597	108.104	151.701
Sul	18.187	40.165	58.352
Centro-Oeste	11.709	35.385	47.094
Brasil	146.097	338.385	484.482

Fonte: MTE. Departamento de Políticas de Trabalho e Emprego para a Juventude DIEESE (2011).

Percebemos, assim, que cerca de 10% dos jovens brasileiros estão inseridos no programa, o que mostra a relevância e importância do programa, levando os organismos governamentais a se referirem ao programa, como a expressão da política nacional de juventude.

Interessante observar, ainda, o número das jovens inseridas no programa, representando mais de 60% do total dos jovens participantes, fato esse que pode ser explicado em partes, pelos altos índices de desemprego que afetam de forma diferente as mulheres, o que evidencia a inserção ainda precária da mulher no mundo do trabalho, representando, assim, que essa pode ser uma oportunidade importante de inserção no mercado de trabalho para essas jovens.

Isso mostra, também, que é necessário pensar o ProJovem Trabalhador que leve em consideração as especificidades de ser uma jovem mulher, não só no que se refere à inserção no mercado de trabalho, que é objetivo do programa, mas também, na permanência dessa jovem no programa, em quais condições são ofertadas para isso, e principalmente, num acompanhamento posterior.

Um último dado que não podemos deixar de comentar, mesmo que sucintamente, se refere à questão da renda. Como mostra a tabela abaixo, dos jovens inseridos no ProJovem Trabalhador o percentual de jovens que recebem ou já receberam outros benefícios sociais é relativamente pequeno, apenas na região Nordeste o índice é

um pouco maior (37,7%); nas demais regiões os índices ficam em torno de 15%. Esses dados podem mostrar que esses jovens estão quase que totalmente desassistidos com relação aos direitos sociais, uma vez que ficaram à margem do sistema escolar; estão fora do mercado de trabalho (ou inseridos precariamente) e também não são assistidos pelos programas de Assistência Social, ou seja, são jovens que estão expostos a uma grande violência urbana de desproteção social.

QUADRO 15 - PROPORÇÃO DE JOVENS CADASTRADOS QUE TÊM ALGUM MEMBRO DA FAMÍLIA QUE RECEBEU AUXÍLIO DO GOVERNO

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	PERCENTUAL
Norte	16,5%
Nordeste	37,7%
Sudeste	12,7%
Sul	12,0%
Centro Oeste	14,5%
Brasil	21,0%

Fonte: MTE. Departamento de Políticas de Trabalho e Emprego para a Juventude

Elaboração: DIEESE

Obs.: O total Brasil inclui jovens cadastrados sem informação para UF DIEESE (2011).

Observando o quadro abaixo que trata, especialmente, da renda, a descrição acima se fortalece. Podemos ver que entre os jovens da população rural, o salário, em 2010, era em média de pouco mais de um salário mínimo, e dos jovens da zona urbana, a média, no mesmo período era de dois salários mínimos.

QUADRO 16 - RENDA FAMILIAR DO JOVEM CADASTRADO NO PROGRAMA 2010 BRASIL E GRANDES REGIÕES - 2010 (EM %)

RURAL	R\$ 637,00
URBANA	R\$ 1.042,00
TOTAL	R\$ 1.030,00

Fonte: MTE. Departamento de Políticas de Trabalho e Emprego para a Juventude.

Elaboração: DIEESE (2011)

Percebemos assim, que o jovem inserido no programa além de ter as características que são pré-requisitos para a entrada no programa, tais quais: situação de desemprego e com renda familiar per capita de até um salário mínimo, a maioria dos jovens inseridos no programa são mulheres, de etnia parda, entre 18 a 24 anos e que vêm de uma história de desproteção social.

Os jovens inscritos no programa recebem um auxílio financeiro no valor de R\$ 100,00 (cem reais) mensais, de caráter temporário, que não podem ser cumulativos

a outros benefícios sociais de programas federais de natureza semelhante¹⁸, devendo o jovem optar por um deles. O valor é repassado diretamente do governo federal para os beneficiados do programa através de uma conta bancária. O auxílio poderá ser suspenso nas seguintes situações: a) recebimento de benefício de natureza semelhante de outros programas federais; b) frequência mensal abaixo de 75% nas atividades¹⁹; c) não atendimento de outras condições da modalidade (Brasil, 2008).

O ProJovem, seguindo a lógica das demais políticas sociais, utiliza da transferência de renda articulada ao cumprimento de algumas condicionalidades²⁰, e a principal delas se relaciona à ampliação da escolaridade e a qualificação profissional.

Analisando a questão da transferência de renda podemos observar que na América Latina, os programas de transferência entram como substituto da ausência de rendimentos provocada pelo desemprego ou o emprego precarizado, confirmando a centralidade do indivíduo e a responsabilização da sociedade (STEIN, 2008) e ganham maior destaque como forma de diminuir a incapacidade de reduzir as desigualdades que afetam de forma especial a juventude, diante da crise do trabalho e da ausência de direitos efetivamente “[...] assegurados do acesso ao lazer e aos bens culturais, e de um sistema educativo capaz de acolher seu novo público, ocorrem os programas de transferência de renda aos jovens, incapazes por si só de assegurar transformações mais densas nessas esferas [...]” (SPOSITO; CORRACHANO, 2005, p. 20). Algumas avaliações apontam o quanto essa renda tem sido importante para os jovens, mesmo que ainda seja percebida como privilégio e não como direito.

Já no que se refere à ampliação da escolarização, aparentemente ela pode ser percebida como um avanço, pois, representa do ponto de vista do ato individual e isolado a perspectiva do acesso à educação que muitas vezes é negada à juventude

¹⁸ Consideram-se de natureza semelhante ao auxílio financeiro mensal a que se refere o **caput** os benefícios pagos por programas federais dirigidos a indivíduos da mesma faixa etária do ProJovem (Inciso 5º do Artigo 47 da Lei 6.629 de novembro de 2008).

¹⁹ Para fins da certificação profissional dos jovens e de pagamento do auxílio financeiro exigir-se-á frequência mensal mínima de setenta e cinco por cento nas ações de qualificação.

²⁰ A criação de condicionalidades para acesso às políticas sociais retomam os seus aspectos mais conservadores, uma vez que elas deixam de se configurar como direito.

das classes que vivem do trabalho. Entretanto, precisamos considerar que o simples acesso à escola por si só, não garante educação de qualidade; e ainda, que não se resolve o problema com os jovens, tornando-os mais “empregáveis”, se novos empregos não são criados.

Precisamos considerar, ainda, que [...] a maioria não é pobre porque não tem boa educação, mas, na realidade, não consegue boa educação porque é pobre (FRIGOTO, 2004, p. 192). Não queremos negar a educação como um direito elementar e muito menos o potencial de emancipação que a educação comporta, pretendemos, apenas, alertar que um diagnóstico equivocado pode trazer respostas equivocadas. Concordamos com Frigotto (2004, p. 194) quando afirma que “[...] a crença de que o problema é conjuntural pode conduzir a políticas públicas focalizadas e de natureza filantrópica ou de 'administração e controle da pobreza', sem atentar para políticas que atacam as estruturas produtoras da desigualdade”. A pobreza nesse contexto passa a ser vista com ausência de capacidades individuais, logo, a política social se transforma numa estratégia para inserir os pobres no mercado de trabalho.

Ainda sobre essa questão Sposito et al. (2006) nos convida à analisarmos com cuidado, uma vez que os jovens usuários dos programas sociais voltados para a juventude, são os mesmos que foram precocemente excluídos da escola (seja por distorção de série, idade ou outro fator). Logo, a mera exigência de retorno à mesma escola que não foi capaz de lidar com essas situações, é no mínimo manter os processos de segregação (SPOSITO et al., 2006). Segundo os autores podemos constatar duas consequências desse fato: uma é o paralelismo das atividades de caráter socioeducativo que não se articula com a rede pública de ensino; e a outra é a total ausência das políticas de educação que se articulem com os programas sociais para a juventude de modo a redefinir o tipo de proposta de escolaridade adequada a esses jovens (SPOSITO et al., 2006).

É importante mostrar, ainda, a tendência de valorização da socioeducação contidas nos programas que não é acompanhada das justificativas que induzem a essa adesão, indicando haver uma deficiência nos sistemas de ensino não só no campo pedagógico, mas também, na função socializadora da escola, que não formaria para

a cidadania²¹ (SPOSITO et al., 2006), fato que estaria criando, segundo esses autores, uma via paralela de educação não-escolar para jovens pobres, o que os leva a questionar se essa via estaria oferecendo uma proposta melhor que a rede pública. Sendo a resposta afirmativa: por que não a articular com o sistema de ensino? Se a resposta for negativa nos faz crer que se trata apenas de ocupar o tempo livre dos jovens dos bairros pobres.

Não podemos deixar de tratar ainda sobre a questão dos instrutores. A pesquisa apresentada por Sposito et al. (2006) afirma que as atividades em geral são realizadas com uma base material precária e com baixa formação técnica ou mesmo escolar, que sempre inclui palestras, cursos e oficinas. Em alguns casos os programas propõem uma formação geral, voltada para a cidadania, e outra com foco no aprendizado de habilidades para o mercado do trabalho.

Partindo do que foi apresentado nessa pesquisa citada acima há duas grandes orientações em torno do adolescente pobre, e outra, em torno do jovem pobre. Para os autores após anos de promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente já são visíveis os avanços que fazem com que os direitos da criança, independentemente de sua condição social (ter uma família, à escola, saúde, proteção do Estado) sejam reconhecidos socialmente, mesmo que ainda precisem ser disputados, mas já são reconhecidos.

Contudo, o mesmo não acontece com os jovens pobres, pois, para eles é impelida uma imagem que impede o reconhecimento social de seus direitos, para esses são reservadas as ações de inserção social, compensatórias e alto teor socioeducativo; esses são chamados de adolescentes pobres, que continuam a ocupar o não-lugar, e só se tornam visíveis pela ameaça ou pelo risco provocados na sociedade. Aos outros que podem usufruir de alguns direitos, mesmo que minimamente, o termo jovem passa a ser fortemente aplicado (SPOSITO et al., 2006), evidenciando que as

²¹ A cidadania como é tratada aparece como um conceito muito mais ligado a uma ideia de atividade socializadora, com ênfase no civismo e no aprendizado de certos valores importantes para essa civilidade, o que acaba esvaziando os conteúdos da cidadania ligados à ideia de direitos, prevalecendo a pressuposição de que jovens e adolescentes pobres - precisam ser atingidos por alguma ação que lhes ensine algo (SPOSITO et al., 2006).

políticas de juventude estão fortemente marcadas pelas concepções de juventude, mas, sobretudo, pelas concepções sobre os jovens pobres.

Outro aspecto a ser destacado é o caráter transitório das ações (em média 02 anos), não se configurando enquanto uma política pública, mantendo o cariz de programa, numa proposta de política emergencial para a juventude que mina a construção de uma política pública nacional, e ainda dificultando a avaliação séria de tais programas²² (SPOSITO; CORRACHANO, 2005).

A fragmentação também é uma característica marcante no ProJovem Trabalhador mantendo a visão das políticas de juventude como um conjunto de "caixinhas isoladas", em disputa, impedindo o diálogo entre elas, cada modalidade está sob orientação de um Ministério diferente e não articulação entre as modalidades. O caráter fragmentário das políticas de juventude se explicita na focalização das diretrizes, "jovem temático", que expressa o público alvo das ações desenvolvidas nos diferentes ministérios, assim, tem-se: "o jovem-aluno", o "jovem-filho", o "jovem-infrator", a "jovem-mãe", "a jovem-que-não-queremos-que-seja-mãe", o "jovem-rural" e outros (CARRANO, 2012).

A transversalização dos programas seria uma estratégia de superação dessa característica, o que requisitaria "[...] repensar e fortalecer um pacto pela juventude, que parta da Secretaria Nacional da Juventude e consiga chegar até onde o jovem está, no município, no bairro, e o conecte com o governo federal" (SPOSITO, 2012, p. 225), pois é extremamente importante construir uma rede de atenção para os jovens que conectem as políticas municipais, estaduais e federais, num diálogo permanente; neste sentido, as políticas para esse segmento não devem simplesmente reproduzir as políticas de âmbito nacional, elas devem ser efetivadas e assumidas em todos os âmbitos de ação.

Outra questão que aparece no ProJovem Trabalhador, comum às demais políticas destinadas aos jovens, é que as ações têm se destinado muito mais a oferecer o que se instituiu como necessidades dos jovens e não aquilo que o jovem apresentou ou demandou como uma necessidade sua. Os jovens precisam de espaço não só

²² No caso do ProJovem Trabalhador o programa tem previsão para ser executado em 06 meses.

para receber os projetos já preconcebidos, mas, sobretudo, para dizer o que precisam individual e coletivamente. Para esse autor as ações destinadas aos jovens emergem simultaneamente à criação de personagens sociais (protagonistas, empreendedores e outros) de pouco diálogo que atendam muito mais aos interesses e modelos de políticas das agências internacionais de desenvolvimento (CARRANO, 2012).

Outra questão a ser problematizada é que o programa definiu como meta mínima a inserção de no mínimo 30% dos jovens no mundo do trabalho, sendo admitidas as seguintes formas de inserção: a) emprego formal (comprovado através de cópias da carteira assinada dos jovens); b) estágio ou jovem aprendiz (comprovado através de cópias dos contratos); c) ou formas alternativas geradoras de renda (Brasil, 2008). Questionamos até que ponto essas possibilidades podem ser entendidas como estratégias de inserção no mundo do trabalho e/ou de superação da precarização das condições de trabalho dos jovens. Quais são os vínculos de trabalho? Qual a média de salário? Quais as condições de trabalho? Qual a permanência dos jovens nesses vínculos?

Reconhecendo a importância dessa estratégia para a sobrevivência dos jovens, não podemos deixar de considerar que ela também não deixa de fazer parte de um processo de naturalização das mudanças no mundo do trabalho, que culmina na responsabilização dos próprios trabalhadores. Eles são convencidos de que eles é que não têm grande coisa para vender ou não sabem como vendê-la – ou seja, não tem “capital humano”, ocultando, desse modo, todas as estruturas de distribuição desigual e apropriação desigual dos recursos materiais, sociais, culturais e simbólicos de nossa sociedade. Esse fato faz com que o “[...] “capital humano” de um jovem oriundo do contexto popular da “periferia” tenha pouca chance de equivaler ao de um jovem saído de um meio privilegiado” (BIHR, 2007).

Nessa perspectiva o empreendedorismo também aparece como estratégia, mas na verdade se assemelha mais a dança das cadeiras: quando a música para há mais pessoas de pé do que cadeiras disponíveis para sentar (POCHAMANN, 2005). Em alguns casos empresas e o Estado até destinam alguns recursos para esses fins, que são “[...] importantes, mas absolutamente incapazes de gerar mais postos de

trabalho. Uma contribuição, digamos, para o “salve-se quem puder” (MATTOSO, 1999, p.20).

Fato que expressa bem a responsabilização do indivíduo por sua situação de emprego e desemprego, numa clara tentativa de transferir riscos e responsabilidades ao trabalhador fazendo com que ele assuma a sua empregabilidade, por meio de formação profissional, qualificação e requalificação. Deslocando assim a responsabilidade social do Estado para o plano individual, onde não há política de emprego, apenas, indivíduos empregáveis ou não. Os indivíduos afetados pela lógica da competição por empregos inseguros começam a adaptar-se a novas condutas psicológicas do perfil do “vencedor” (COSTA, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do ProJovem Trabalhador mostra que o programa é importante no cotidiano desses jovens como um instrumento na efetivação de direitos sociais e mecanismo de sobrevivência, e evidencia que os avanços das políticas de juventude no país, não só em quantidade, mas também em qualidade, se comparadas com as experiências anteriores.

No entanto, ainda há muito o que caminhar. Podemos dizer que o programa expressa o perfil das políticas sociais contemporâneas: Fragmentação, descentralização, focalização, descontinuidade, ausência de pesquisas e avaliações e privatização. Características que precisam ser explicitadas e disputadas na cena pública, juntamente com as demais políticas sociais.

Para que as políticas de juventude se transformem em políticas para a juventude é preciso sair desse ciclo de vitimização/criminalização, voluntariado/encerramento ou prevenção/repressão (BATISTA, 2007). Para isso é necessário transformar esses problemas sociais da juventude em problemas sociológicos. Esse é um exercício de interrogação, que gera como produto a incerteza de afirmações, antes dadas como

inquestionáveis. Sem o questionamento, a juventude se torna um quase 'mito', e para esse mito é necessário "penetrar no cotidiano do jovem" e questionar: "[...] sentirão os jovens estes problemas como seus problemas?" (PAIS, 2003, p.34). Mas, sobretudo, é preciso dotar de precisões conceituais acerca do tema juventude, de modo a iluminarmos os processos de construção de marcos políticos em coerência com os marcos conceituais, os discursos e programáticas, deixando de conceber aos jovens sobre "[...] a 'noção de um jovem problema e carente', visão que tende à geração de um determinado tipo de política de juventude de natureza compensatória" (LÉON, 2005, p.88).

Fica evidente, ainda, que a juventude cumpre um papel na atual sociedade capitalista: a de compor a grande massa do exército industrial de reserva, quando a política social para a juventude, em especial os programas de transferência de renda como o ProJovem Trabalhador, acabam assumindo o papel de garantir mecanismos de sobrevivência dos sujeitos juvenis, uma vez que não é possível assegurar a sobrevivência desse segmento da classe trabalhadora através da inserção no trabalho.

Abstract: Analyze the ProJovem Worker program, as one of coping policies changes in the workplace, that particularly affected the youth. For this we will make a brief background of the relations and working conditions for this population segment and social policies aimed at this audience, including the program in question, identifying their progress and limits through a bibliographic and documentary research.

Keywords: Labor, Social Policy and Youth .

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In:_____; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. (Org.). **Retratos da Juventude Brasileira**: Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005, pg 37-73.

_____. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: PERALVA, A.T; SPOSITO, M. (Orgs.). In: **Revista Brasileira de Educação**, n. 5 e 6, São Paulo, 1997, pg 25-36.

_____. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: FREITAS, M. V. (Org.). **Juventude e adolescência no Brasil**: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2005b. Cap. 2, p. 19-35.

ABAD, Miguel. Crítica política das políticas de juventude. In: FREITAS, M. V.; PAPA, F. C. (Orgs.). **Políticas Públicas**: juventude em pauta. São Paulo: Cortez, 2003, pg 13-32.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: 10 ed. Cortez, 2005.

_____. As respostas do capital a sua crise estrutural: A reestruturação produtiva e suas repercussões no processo de trabalho. In__: **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. Cap. 3, p. 35 – 59.

BATISTA, Vera Malaguti. Filicídio: a questão criminal no Brasil contemporâneo. _____. Direitos Humanos: violência e pobreza na América Latina contemporânea. Rio de Janeiro: Letra e Imagem. 2007.

BIHR, Alain. A fraude do conceito de capital humano. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=2146>. Acessado no dia 20 de março de 2012.

BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil. IPEA. Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicadas: **IPEADATA macroeconômicos**: Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

_____. **Manual do Educador**. Elaboração da equipe de execução do ProJovem Trabalhador de Serra. 2012.

_____. Ministério da Ciência e Tecnologia. Disponível em: <[www.bdttd..ibict.br](http://www.bdttd.ibict.br).. Acesso em: 20 nov. 2011.

_____. Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. **Guia Nacional das Políticas Públicas de Juventude**. Secretaria Nacional de Juventude – Brasília: SNJ. 2010.

_____. Ministério do Trabalho. **Portaria 2043** de 22 de outubro de 2009.

_____. Ministério do Trabalho. **Decreto nº 6.629**, de 04 de novembro de 2008, regulamenta o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, 2008.

_____. **Lei nº 11.692**, de 10 de junho de 2008, dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens –ProJovem, 2008a.

_____. Secretaria Nacional de Juventude. **Política Nacional de Juventude**: diretrizes e perspectivas. 2008b.

BEHRING, Elaine Rosseti. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BOURDIEU, P. A juventude é apenas uma palavra. In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. pg. 112/121.

CARRANO, Paulo. Políticas Públicas de Juventude: desafios da prática. In: PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Virginia (Orgs). **Juventude em Pauta**: políticas públicas no Brasil São Paulo: Petropolis, 2012, pg 235-250.

CASTRO, Mary Garcia. **Desafios para quem faz o campo das políticas públicas**

de juventude. Juventude em Pauta: políticas públicas no Brasil. PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Virginia (Orgs). São Paulo: Petropolis, 2012.

COSTA, Jurandir Freire. Perspectivas da Juventude na sociedade de mercado. In:___ ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. (Org.). **Retratos da Juventude Brasileira:** Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 75 a 88.

DIEESE ESTUDOS E PESQUISAS. **Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2010/2011: juventude.** 3. ed. / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. -- São Paulo: DIEESE, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho, educação no Brasil: perplexidade, desafios e perspectivas. In: ___NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Org.). **Juventude e Sociedade:** Trabalho, Educação, Cultura e Participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 180-216.

_____. Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, V. 19, nº 01. Jan/Jun 2001.

GROPPO, L. A. **Juventude:** ensaios de sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: Difel, 2000.GONZALEZ, 2009.

HARVEY, David. Do fordismo à acumulação Flexível. In: __: **Condição Pós-Moderna:** Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 12 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003. Cap. 9, p. 135- 162.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Serviço social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro e questão social. Rio de Janeiro: Cortez, 2007.

INSTITUTO CIDADANIA, 2005. IPEA. **Juventudes e políticas sociais no Brasil.** Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em 30 de novembro 2012.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2002.

LEÓN DÁVILA, Oscar. Adolescência e juventude: das noções às abordagens. In: FREITAS, Maria Virgínia (Org.). **Juventude e adolescência no Brasil**: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2005. p. 9-18.

LEVI, G.; SCHMITI, C. (org). **História dos jovens**. São Paulo: Companhia das letras, 1996. pg. 07/17. v. 1.

MARX, Karl. A jornada de Trabalho. In:_____ **O Capital**: crítica da economia política: livro I. Reginaldo Sant'Anna (trad.). 19 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003. Cap. 08, p. 187-238.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado**: Como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. **Juventude e Trabalho no Brasil**: variações de situações e desafios para as políticas, 2012. Disponível em: <www.oitbrasil.gov.br>. Acesso em: 18 fev. 2013.

PAIS, José Machado. **A construção sociológica da juventude**: alguns contributos. *Análise Sociológica*, v. 25, n. 105-106, 1990.

PAIS, J. M. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Editora Casa da Moeda, 2003.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades Humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 4ed. São Paulo: Cortez, 2007.

POCHMANN, Márcio. Juventude em Busca de novos caminhos. In:_____NOVAES,

Regina; VANNUCHI, Paulo (Org.). **Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação**. São Paulo: 2005, Editora Fundação Perseu Abramo, pg. 217-241.

STEIN, Rosa Helena. Configuração recente dos programas de transferência de renda na América Latina: focalização e condicionalidades. In: Boschetti et al (Orgs.) **Política Social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2009.

SPOSITO, Marília Pontes. Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil. In: FREITAS, Virginia de; e PAPA, Fernanda de Carvalho (Orgs.). **Políticas Públicas: Juventude em Pauta**. São Paulo: 2003. Cortez Ação Educativa Assessoria, p. 57-74.

SPOSITO, Marília P. Breve balanço sobre a constituição de uma agenda de políticas voltadas para o jovem no Brasil. In: _____. **Juventude em Pauta: políticas públicas no Brasil**. PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Virginia (Orgs). São Paulo: Petropolis, 2012. Pg. 331-342.

SPOSITO, Marília P; CORROCHANO, Maria C. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 141-172, nov. 2005.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo. Juventude e políticas públicas no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 24, p.16-39, set./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 12 set. 2006.

SPOSITO, Marília Pontes et al. (Org.). Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para os jovens em municípios de regiões metropolitanas. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 11, nº 32, Mai/Ago. 2006.

UNESCO. **Políticas públicas de/para/com as juventudes**. Brasília: UNESCO, 2004.

Processo de Avaliação por Pares: (*Blind Review* - Análise do Texto Anônimo)

Publicado na Revista Vozes dos Vales - www.ufvjm.edu.br/vozes em: 10/10/2016

Revista Científica Vozes dos Vales - UFVJM - Minas Gerais - Brasil

www.ufvjm.edu.br/vozes

www.facebook.com/revistavozesdosvales

UFVJM: 120.2.095-2011 - QUALIS/CAPES - LATINDEX: 22524 - ISSN: 2238-6424

Periódico Científico Eletrônico divulgado nos programas brasileiros *Stricto Sensu*

(Mestrados e Doutorados) e em universidades de 38 países,

em diversas áreas do conhecimento.